História e Geopolítica: Análises Introdutórias sobre o Passado Colonial e a Contemporaneidade na Sociedade Brasileira[I]

Amílcar Machado Profeta Filho[II]
Rafael Egidio Leal e Silva[III]

Resumo: O objetivo deste texto é refletir sobre a formação do Brasil a fim de analisar rupturas e continuidades entre a colonização e a contemporaneidade. A reflexão objetiva compreender a atual posição do Brasil no mundo e como a colonização moldou determinadas circunstâncias que fazem nossa sociedade interessante na conjuntura de ferocidade do capital e da necessidade do Estado nacional reafirmar sua dominação sobre as massas. Em conformidade com as tendências das pesquisas atuais, opta-se por um estudo interdisciplinar envolvendo áreas de história e geopolítica. Em relação ao passado colonial realiza-se uma breve análise a partir de autores clássicos para entender aspectos relevantes da cultura, da economia e da política do Brasil.

Palavras-Chave: Interdisciplinaridade. História. Geopolítica. Sociedade.

History and Geopolitics: introductory analyzes of the colonial past and contemporaneity in Brazilian society

Abstract: This paper aims to reflect on the formation of Brazil to establish ruptures and continuities between colonial society and Brazilian contemporaneity. This reflection aims to understand the current position of Brazil in face of the world and how our colonization shaped circumstances that make our society an interesting one in the conjuncture of capital's ferocity and the need for the national state to reaffirm its domination over the masses. Following research trends, we chose to conduct an interdisciplinary study involving the areas of history and geopolitics. Regarding the colonial past was carried out where we brought up classic authors to understand relevant aspects of Brazil's culture, economy and politics.

Keywords: Interdisciplinarity. History. Geopolitics. Society.

Artigo recebido em 28/11/2019 e aceito em 03/01/2020

HISTÓRIA E GEOPOLÍTICA: ANÁLISES INTRODUTÓRIAS SOBRE O PASSADO COLONIAL E A CONTEMPORANEIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

AMÍLCAR MACHADO PROFETA FILHO
RAFAEL EGIDIO LEAL E SILVA

Introdução

Este artigo objetiva compreender o passado brasileiro e sua complexa relação com o presente. Pretendemos refletir a respeito da formação da sociedade brasileira, a fim de analisar rupturas e continuidades entre a sociedade colonial e a atualidade brasileira. Consideramos que as heranças culturais, políticas e econômicas do Brasil são importantes para se entender a atualidade. Assim, esta breve abordagem intenta examinar a sinuosa relação entre o arcaico e o contemporâneo na cultura política e na sociedade brasileira, e como a formação colonial brasileira nos colocou em um determinado lugar no mundo. Salientamos que essa tentativa de entender alguns aspectos da cultura, da política e da economia e suas relações com a sociedade está embasada em alguns estudos clássicos da historiografia brasileira.

O Brasil foi durante muito tempo Colônia tanto de Portugal (Dinastias de Avis e de Bragança) quanto da Espanha (Dinastia dos Habsburgos/União Ibérica), além de incursões estrangeiras da França (França Antártica e França Equinocial) e da Holanda (Capitanias da Bahia e de Pernambuco), cujos objetivos principais eram atender interesses das metrópoles europeias. Embora essa experiência histórica fizesse com que a colonização brasileira fosse orientada culturalmente para atender aos mais variados interesses das nações estrangeiras, não podemos deixar de considerar que a cultura brasileira teve uma formação própria e genuína, tanto em resposta às circunstâncias internacionais, quanto com relação ao homem e suas necessidades de colonização de um vasto e inóspito território, por meio de relações escravagistas e coloniais.

Devemos reconhecer que, desde os primórdios, o Brasil sofre influências externas. Isso tem reflexos na sociedade atual que cobra das autoridades atuações em conformidade com os interesses coletivos nacionais e não mais em favor de grupos internacionais, de oligarquias nacionais e/ou de interesses de grupos de cunho local. As reclamações da sociedade estão cada vez mais constantes e os conflitos latentes. No entanto, não podemos deixar de olhar a complexidade da formação política e cultural brasileira, o que faz que tais influências sejam adequadas, moldadas, negociadas e até mesmo rechaçadas, ou então que sejam utilizados eficientes aparatos de violências instituídas, criados justamente para sufocar ondas de descontentamento interno, muito mais que obter glórias em guerras no exterior.

Nesse sentido, para ter um entendimento profícuo da realidade apresentada no contexto da globalização, o presente artigo tenta estabelecer um diálogo levando em consideração uma abordagem interdisciplinar: entender o passado histórico e o presente geopolítico. Diante disso, na primeira parte do texto, realizamos uma breve análise do Brasil colonial. Um resgate histórico que leva em consideração três aspectos: o sistema colonial, a centralização do poder político e a cultura política brasileira. Na segunda parte, expomos aspectos fundamentais relacionados à geopolítica, além de uma breve análise sobre o papel dos organismos internacionais no cenário mundial contemporâneo, unido a uma sucinta reflexão sobre o Brasil no contexto da Nova Ordem Mundial.

O arcaico: aspectos políticos, econômicos e culturais do Brasil colonial

Iniciamos nossa discussão a partir da compreensão do sistema colonial brasileiro. A formação cultural brasileira ocorreu no contexto de tal sistema, e, portanto, temos de questionar seus aspectos políticos e econômicos. Claro que tal discussão pode ser exaustiva, pois há uma gama de estudiosos que desenvolveram inúmeras abordagens sobre a colônia brasileira. Por uma questão de recorte temático, optamos em analisar primeiramente o conceito de *sistema colonial* antes de entrar propriamente em uma abordagem sobre a *cultura*. Um autor que desenvolve a primeira temática é Fernando A. Novais[IV] ao afirmar que o sistema colonial pode ser considerado um "conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização" e complementa que seria conveniente chamar essas relações de "Antigo Sistema Colonial da era mercantilista". Nesse sentido, o sistema colonial pode ser considerado uma série de relações econômicas e políticas que as metrópoles europeias tinham com suas respectivas colônias.

É relevante neste momento analisar Novais[V] que trata da prática econômica adotada no antigo sistema colonial: o *mercantilismo*. O autor afirma que a questão do acúmulo de moedas, o chamado metalismo, era uma condição vital a ser considerada pelas metrópoles que objetivavam uma balança comercial favorável. A ideia era exportar mais e importar o menos possível. Na linguagem econômica atual, seria buscar um superávit. O autor assevera que

> [...] o receituário mercantilista encaminha-se diretamente para a formulação da doutrina da balança favorável; [...] Era a maneira de promover a entrada líquida de *bullión*, termômetro da riqueza nacional. Daí, a política protecionista: tarifária em primeiro lugar; ligada a esta, fomentista da produção nacional daqueles produtos que concorram vantajosamente no mercado entre as nações. Defesa da saída das matérias-primas, estímulo às exportações de manufaturas; inversamente, estímulo à entrada de produtos primários, dificuldade ou mesmo proibição da importação de manufaturados.[VI] (grifo do autor).

E salienta que

> O mercantilismo não é, efetivamente, uma política econômica que vise ao bem-estar social, como se diria hoje; visa ao desenvolvimento nacional a todo custo. Toda forma de estímulos é legitimada, a intervenção do estado deve criar todas as condições de **lucratividade para as empresas** poderem exportar excedentes ao máximo.[VII] (grifo nosso)

As passagens anteriores ponderadas por Novais comprovam que a estrutura do capital estava se consolidando e se incrementando, preparando a sociedade atual para a legitimação do sistema capitalista e sua automática sociedade de consumo. Outro ponto levantado por Novais sobre o período histórico que antecede a montagem do sistema colonial mercantilista dos séculos XVI ao XVIII, mais especificamente, é o período da crise da Idade Média. Essa crise deriva não necessariamente do renascimento comercial em si, mas do impacto que a estrutura feudal teve em relação à economia de mercado. O autor destaca que

> O revivescimento do comércio (isto é, a instauração de um setor mercantil na economia e o desenvolvimento de um setor urbano na sociedade) pôde promover, de um lado, a lenta dissolução dos laços servis e, de outro lado, o enrijecimento da servidão. Nas áreas

> próximas às grandes rotas comerciais, onde a presença do mercador é mais constante, é o primeiro processo que se faz notar; nas outras áreas, onde o contacto com o mercado se dá apenas nas camadas superiores da ordem feudal, é o segundo (reforço da servidão) que se processa.[VIII]

A transição para uma sociedade de mercado foi, conforme as colocações do autor, um processo secular e, ao mesmo tempo, contraditório, pois, na medida em que onde se figurava o mercador, as variantes econômicas eram mais constantes, enquanto que, por outro lado, ocorreu um reforço, uma espoliação do trabalhador feudal com o "enrijecimento da servidão". Isso comprova que o sistema capitalista possui dinâmicas e contradições desde seus primórdios. Aqui se encontra o preparo para as chamadas "grandes navegações".

A origem da colonização está relacionada com as crises que ocorreram na Europa entre os séculos XIV e XV e, devido à formação dos Estados Nacionais, propiciaram a busca de novas rotas comerciais que ajudaram as potências europeias a sair da crise do feudalismo. É nesse contexto de busca de novos mercados e expansão da fase mercantil do capitalismo que as colônias americanas se formaram.

Para Novais[IX], como já citado, o sistema colonial é apresentado como um conjunto de relações sociais e econômicas que envolvem as metrópoles europeias e suas respectivas colônias. Nesse contexto, o mercantilismo surge e colabora para legitimar os objetivos das metrópoles europeias. As colônias seriam um suporte econômico, um complemento financeiro da metrópole. Cria-se, a partir dessa concepção, uma estrutura voltada para a produção de matérias-primas que atendam à Europa. Uma estrutura que colabora para a acumulação primitiva de capitais. A colonização faz parte de um processo de consolidação do capitalismo moderno. O autor evidencia que,

> [...] a *colonização* do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. Aquilo que, no início dessas reflexões, afigurava-se como um simples projeto, apresenta-se agora consoante com processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entrementes, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial* e *capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*.[X] (grifo do autor)

Como exposto no início desta abordagem, além de analisar o sistema colonial, é pertinente debater sobre a cultura colonial brasileira. Um autor que colabora para essa compreensão é Sérgio Buarque de Holanda. Ao propor uma análise sobre a falta de coesão social existente no Brasil e a busca pela centralização do poder político, torna-se o foco do presente artigo neste momento.

Holanda[XI] procura entender não somente os impactos da cultura ibérica no Brasil, mas observar sua influência na posteridade do Brasil colonial:

> A tentativa de implantação da **cultura europeia** em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável [...]. (grifo nosso)

Observamos a explicação do autor sobre o termo "cultura europeia". Esse termo é relevante ao analisar que, para o autor, a influência estrangeira assume um grau significativo em relação à formação cultural brasileira. Importante aqui também considerarmos que a "cultura europeia" é bastante complexa e foi também constituída em milênios de história humana e enfrentamento de condições naturais específicas. O autor sintetiza a cultura desenvolvida no velho continente entre o Trabalho e a Aventura. Desenvolvidos no segundo capítulo de sua obra clássica, considera-os como "dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens"[XII]. Segundo o autor, tal distinção é tão básica em nossa civilização que a diferenciação entre os povos lavradores e coletores pode ser entendida a partir de tais princípios. Dessa forma, o princípio, ou ainda, a ética do trabalho implica em indivíduo que "enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar"[XIII]. Dessa forma, o trabalhador se dedica com esforço e esmero à sua atividade, sem vistas a um resultado imediato, mas dedicando-se à sua parte no todo. Diferente é a ética da aventura:

> [...] Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore.
> Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.[XIV]

O autor aponta que o princípio norteador de alguns povos europeus é, sem sombra de dúvidas, a ética da aventura. Ingleses e ibéricos possuem como preceito de suas ações o espírito aventureiro. Podemos interpretar as suas grandes conquistas da modernidade, desde as grandes navegações até a Revolução Industrial, como sua característica de se lançar a grandes desafios de modo audacioso e até mesmo irresponsável: ou seja, "colher o fruto sem plantar a árvore" conforme supracitado. A colonização ibérica tem por característica ser um empreendimento aventureiro, o que calcou também a personalidade dos povos colonizados.

Decorrente desse princípio da aventura, a característica herdada dos ibéricos é atribuir um "valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes..."[XV]. O valor de um homem parece ser medido a partir de sua independência em relação aos demais. O esforço próprio e a autonomia são considerados como virtudes a partir do momento em que o homem ibérico se torna desprendido da coletividade. Nesse sentido, para os ibéricos, é fundamental a superação individual do próprio homem que se destaca sem a dependência de seus pares.

> Essa concepção espelha-se fielmente em uma palavra bem hispânica – "sobranceria" –, palavra que indica inicialmente a **ideia de superação**. Mas a luta e emulação que ela implica eram tacitamente admitidas e admiradas, engrandecidas pelos poetas, recomendadas pelos moralistas e sancionadas pelos governos.[XVI] (grifo nosso)

Holanda afirma que, devido a essa concepção, houve certa dificuldade em estabelecer formas de organizações sociais como associações que implicassem em solidariedade e ordenação. O autor explica essa falta de coletividade e falta de coesão social:

> À frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e o Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a

> cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir [...]. A **falta de coesão** em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam que na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem.[XVII] (grifo nosso)

Segundo Holanda[XVIII], a sociedade colonial brasileira não se pautou em um "princípio de hierarquia" tradicionalmente conhecido na Europa medieval. Ao contrário, as bases históricas da sociedade colonial estariam solidificadas em uma "hierarquia" que mais buscava afirmar um "prestígio pessoal". Podemos, assim, perceber a força do princípio aventureiro em nossa colonização.

A ideia de coletividade e de organização de grupos distintos entre os antigos servos e/ou senhores feudais parece não ter influenciado, de forma significativa, a cultura ibérica e talvez tivesse perdido força no final da Idade Média. Junto a isso, para o autor,

> [...] em determinadas fases de sua história, os povos da península deram provas de singular vitalidade, de surpreendente capacidade de **adaptação a novas formas de existência**. Que especialmente em fins do século XV puderam mesmo adiantar-se aos demais Estados europeus, formando unidades políticas e econômicas de expressão moderna.[XIX] (grifo nosso)

Essa citação leva-nos observar que os ibéricos estavam, em relação à economia e à política, na vanguarda dos Estados europeus. Além disso, para o autor, a adaptabilidade dos povos ibéricos colaborou com as relações com os índios e com os escravos vindos da África. Paradoxalmente, para Holanda[XX], o individualismo que levaria à já citada falta de coesão social fez frutificar algumas vezes nos povos ibéricos uma alternativa: "a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior". Por isso, para os ibéricos, a *obediência* surgiria como uma virtude das mais supremas.

O autor observa que, na cultura ibérica, há predisposição para *mandar* e para *obedecer*. Isso colaborou para que ocorresse um processo de *centralização do poder*. Portugal, além de centralizar o poder nas mãos do rei de forma prematura em relação a outros países da Europa, realizou uma revolução burguesa entre 1383 e 1385, liderada pela Dinastia de Avis, que preparou o país para a expansão marítima, que teve como consequência o descobrimento do Brasil e a consolidação da expansão colonial.

Analisando ainda a questão da *obediência* inerente à cultura ibérica, em relação ao século XX, o autor conclui que "[...] a simples obediência como forma de disciplina parece uma forma caduca e impraticável e daí, sobretudo, a instabilidade de nossa vida social"[XXI]. Apesar dessas características culturais contraditórias entre a obediência e a falta de coesão social, o estudioso corrobora que o Brasil tem influência da cultura ibérica, principalmente de Portugal, o que gera consequências de grande relevância para a colonização brasileira. Além da ética da aventura, *Raízes do Brasil* expõe que a colonização portuguesa foi do tipo "semeadora", ou seja, procurou os meios mais fáceis de obtenção dos ganhos coloniais, através da exploração – impiedosa – tanto da terra e dos recursos naturais, quanto dos homens, sem se preocupar com a recuperação e a renovação dos recursos naturais, nem com a formação dos homens que protagonizaram a colonização.

Manolo Florentino e João Fragoso também analisaram a economia e a cultura política do Brasil colônia. Os autores, utilizando-se de uma abordagem mais atualizada, esclarecem a hipótese que acaba norteando seus estudos: "a de que a reprodução do sistema econômico se imbricava organicamente na contínua reiteração de uma **hierarquia social fortemente excludente**"[XXII] (grifo nosso). Os autores acabam se diferenciando em relação a paradigmas de abordagens historiográficas do Brasil, a partir do momento em que salientam a reprodução, contida nos próprios mecanismos de ascensão social, do processo de exclusão da sociedade brasileira. A ideia parece passar pela seguinte reflexão: os que intentavam ascender-se no Brasil colonial precisavam reproduzir os mecanismos de exclusão social:

> O núcleo da formação colonial tardia era constituído por um tipo específico de reprodução, no qual os próprios mecanismos de ascensão social implicavam recriar o **padrão excludente**. Assumir semelhante ótica impõe um distanciamento profundo em relação aos principais paradigmas da historiografia nacional. O resultado mais palpável deste distanciamento é a redefinição do papel do mercado, que passa a subordinar-se à consecução da **diferenciação perversa**.[XXIII] (grifo nosso)

Ou seja, os autores analisam o processo histórico de exclusão social na colônia e sua própria reprodução na política, na cultura e na economia. Nessa lógica, seria pertinente dizer que esses desdobramentos acabaram impactando na formação da sociedade colonial brasileira e poder-se-ia estender ao Brasil imperial do século XIX. Continuando suas reflexões, Fragoso e Florentino[XXIV] salientam que

> A elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamamos *ideal aristocrático*, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados. Constituía-se, assim, uma economia colonial tardia, arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente. Nas condições específicas da colônia, a ausência do movimento ensejado pelo ideal aristocrático inviabilizaria o grande cenário rural que por séculos a fio articulou senhores e cativos. (grifo dos autores)

Podemos observar que o processo de reafirmação de uma aristocracia torna-se constante na cultura colonial brasileira. No entanto, o "ideal aristocrático" conforme exposto, não foi um fator de impulsão da sociedade ao progresso, sendo, ao contrário, fator de manutenção das condições arcaicas das quais os autores tratam. A acumulação colonial, assim, embora já precária por conta de sua condição de colônia explorada, precarizou-se ainda mais por conta dos ideais dos homens que estiveram presentes na colonização, preocupados apenas em reconstruir, conscientemente, as condições de exclusão colonial.

Entende-se que as explicações sobre a colônia brasileira, relacionadas a uma economia voltada para o mercado externo, unida à falta de um mercado interno mais consistente, justificariam uma colônia latifundiária e escravista. Fragoso e Florentino[XXV] observam que disso emergiriam "traços básicos" da própria economia do Brasil colonial, como, por exemplo, a escravidão. Sobre essas temáticas, os autores analisam abordagens historiográficas, modelos explicativos da colônia brasileira incluindo Prado, Furtado, Novais e Gorender.

Os autores concluem que, de uma forma ou de outra, os modelos de explicação do Brasil colonial compartilhariam a ideia de escravidão como fluxo contínuo de uma mão de obra viável para um mercado externo, dando importância também para o "tráfico atlântico"[XXVI]. Buscando

uma nova abordagem para o entendimento do Brasil colonial, Manolo Florentino e João Fragoso[XXVII] observam que "a manutenção de uma **estrutura parasitária**, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado; a hegemonia dos **Grandes da aristocracia** que, direta ou indiretamente, viviam dos recursos do Ultramar [...]" (grifo nosso). Tal situação, reproduzida por séculos, gerou marcas indeléveis na sociedade brasileira, naturalizando a "estrutura parasitária" que ao mesmo tempo impõe a atrofia do Estado para as camadas mais hipossuficientes da população, como também o maximiza quando se trata dos interesses dos "Grandes da aristocracia" que vivem, ainda hoje, da manutenção das relações de exploração internas e da subserviência dos interesses externos. Analisando a última citação, podemos indagar se os termos "estrutura parasitária" e "Grandes da aristocracia" seriam primórdios do que em um futuro talvez pudéssemos denominar de *establishment*?

Não temos o intuito de avançar neste momento sobre os estudos do *establishment nacional*. Isso demandaria novos esforços e outra pesquisa. Devemos reconhecer que os estudos sobre as elites econômicas, as elites políticas, as instituições, os partidos, com as quais o *establishment* pode estar relacionado, têm avançado no Brasil. As questões levantadas levam a reflexões sobre as bases econômicas, culturais e políticas da sociedade brasileira que até aqui parecem ter, no decorrer do processo histórico, privilegiado seletos grupos. Podemos perceber que há uma confluência tanto do pensamento social brasileiro quanto da historiografia da colonização lusitana no entendimento que tal colonização deve ser pensada em termos históricos e que não foi a simples implantação de certa forma cultural europeia em vasto território já ocupado e que deveria ser conquistado. A complexidade colonial gerou uma sociabilidade própria, baseada na imposição da manutenção dos valores coloniais parasitários, por meio da reprodução estamental dos grandes da aristocracia, em um clima de ética da aventura – um tipo muito específico de individualidade, que, ao mesmo tempo que mira apenas nas conquistas, se anestesia em face dos processos: pretende obter o fruto sem plantar a árvore, enfim.

O contemporâneo: geopolítica, Brasil e organismos internacionais

Neste momento, salientamos que devido à envergadura das temáticas das quais se propõe a trabalhar a partir de agora, não se intenta explicá-las pormenorizadamente e com profundidade, porque esse empreendimento demandaria um esforço muito maior. Não se pode perder de vista que o foco deste artigo é o de compreender algumas características do Brasil colonial para estabelecer relação com a sociedade brasileira contemporânea, levando em consideração a interdisciplinaridade entre história e geopolítica.

Sabemos, no que diz respeito aos países desenvolvidos, que o Brasil atual ainda é visto como um país produtor de matérias-primas e possuidor de mão de obra barata. O país sofre o estigma de "ex-colônia" que não foi subjugada somente por Portugal, mas também por outros países europeus. Havia uma concorrência colonial: busca pelas riquezas minerais e vegetais do Brasil.

Podemos citar como exemplo atual de subjugação econômica o caso da Reserva Raposa Serra do Sol, além de outras reservas que foram demarcadas no Brasil de forma "contínua". O ouro e outros minérios continuam sendo alvos de explorações no país. A demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, rica em minérios, é um exemplo do novo imperialismo estrangeiro que defende o "desenvolvimento sustentável", os "interesses indígenas", a

"preservação da Amazônia", porém que almeja defender os interesses econômicos das grandes corporações, da antiga e discreta aristocracia europeia e da América anglo-saxã, pois ainda precisam das matérias-primas contidas no Brasil. Sem falar das investidas da China, por exemplo, no cenário econômico internacional contemporâneo e seus reflexos sobre a economia brasileira.

Dessas reflexões surgiriam temáticas como *Relações Internacionais*, *Organismos Internacionais*, *Política Internacional*, *Estado-Nação*, *Território*, *Poder*, que poderiam ser consideradas também objetos de estudos da geopolítica. Entretanto, antes de avançar em análises envolvendo geopolítica, é pertinente fazer uma breve explicação sobre ela que, por vezes, pode ser considerada uma área de conhecimento polêmica.

Um autor que colabora para o entendimento sobre geopolítica é Manuel Correia de Andrade[XXVII]. Em seu livro, *Geopolítica do Brasil*, escreve:

> O **saber geopolítico** compreende uma tentativa de análise científica da importância dos Estados em face da sua extensão, da sua população e da sua posição geográfica, integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de Estados vizinhos que impedem ou dificultam a realização das aspirações da classe dirigente. Ela serve, assim, do ponto de vista da política externa, aos interesses expansionistas dos Estados. Do ponto de vista interno justifica uma política de contenção das aspirações populares e de reforço à dominação da classe dominante, baseada em uma ideologia ufanista e nacionalista de direita. (grifo nosso)

Observamos que, para o autor, o saber geopolítico teve um princípio e um objetivo no decorrer do processo histórico. A geopolítica parece ser criada com a intenção de legitimar o poder econômico, ideológico e político de alguns Estados sobre outros Estados, de algumas nações sobre outras nações, das elites sobre a população. Assim, a geopolítica pode servir, talvez em um primeiro momento, a esses propósitos. Porém, atualmente, não parece ser pertinente afirmar que a geopolítica se reduziria aos objetivos imperialistas de alguns Estados nacionais.

No caso brasileiro, para contrapor a "doutrinação geopolítica" existente, formou-se na contemporaneidade

> [...] uma corrente de pensamento que defendia a libertação dos povos oprimidos e empobrecidos pela colonização e pela exploração estrangeira e, no plano interno, levantava o problema da dominação das "elites" sobre as classes menos favorecidas.[XXVIII]

Na passagem anterior, é importante salientar que Andrade cita pensadores que colaboraram para realizar novas abordagens em geopolítica necessárias para a compreensão dos contextos econômicos, políticos e sociais que envolveriam os Estados. Podemos dizer que seria nesse jogo geopolítico que ocorrem os "enfrentamentos" entre os países que buscam legitimar-se diante de um contexto de concorrência no mercado global.

Em relação aos problemas geopolíticos atuais que envolvem o Brasil, o autor afirma que este último é uma subpotência. No período da Guerra Fria, o Brasil procurou a princípio manter um equilíbrio na bipolarização mundial (EUA X URSS), entretanto, o país acabou alinhando-se aos EUA. Segundo o autor, aquele momento "se caracterizou por um grande intercâmbio de

informações, pela homogeneização tática e ideológica das Forças Armadas, pela abertura do território e da economia ao capital estrangeiro e pela completa dependência na política externa"[XXIX]. É importante aqui considerarmos que, no plano interno, o Estado brasileiro buscava, por meio do desenvolvimentismo, as condições mínimas para que o capitalismo se desenvolvesse, ainda que tardiamente, no país. Claro que tal desenvolvimentismo se deu nos moldes coloniais aristocráticos e parasitários, atendendo prioritariamente à manutenção da servilidade das classes trabalhadoras, ainda que por *manu militari*, principalmente a partir de 1964. Continuando suas reflexões, o autor salienta que as décadas de 1960 e 1970 fizeram com que o Brasil se endividasse, por conta do desenvolvimentismo capitaneado por nossas elites e sua mão armada.

> No caso brasileiro, sofremos hoje a sangria que foi feita em nossa economia, com a construção de obras inúteis e faraônicas, com os grandes escândalos financeiros e com a maior dívida externa do mundo. Tivemos um crescimento estatístico da economia que nos coloca no **oitavo lugar no mundo ocidental**, mas temos a primazia de ser um grande devedor, sujeito à voracidade dos bancos e das empresas transnacionais.[XXX] (grifo nosso)

Um fator importante na análise de Andrade é observarmos que, mesmo o país sendo uma potência econômica, estaria entre as oito primeiras economias do mundo ocidental e subjugado aos ditames das empresas transnacionais e dos bancos. Nesse sentido, o autor conclui que a nação não seria uma potência emergente, mas uma subpotência dependente e subjugada às multinacionais e às influências de países como os EUA.

> Assim, o governo brasileiro abriu o seu espaço a grupos internacionais que se apossaram de grandes propriedades, **verdadeiros latifúndios nas áreas de ocupação – Goiás, Mato Grosso e Amazônia –, muitas vezes até nas proximidades das fronteiras**; chegou até a fazer concessões de mineração, altamente danosas aos interesses do país, aos grandes grupos internacionais, alienando, a baixo preço, minérios de alto valor [...].[XXXI] (grifo nosso)

Salientamos que as reflexões do autor poderiam ser consideradas atuais. Entre o final do século XX e início XXI, ocorreu um incremento das economias japonesas, chinesas, entre outras, que, na atual estrutura global, concorrem com a economia dos EUA. Essas mudanças na economia global acabaram afetando a nação brasileira que terá um grande desafio no futuro em fazer parcerias com nações estrangeiras.

Importante mencionarmos a recente e relevante reflexão de Konder Comparato[XXXII] a respeito do desenvolvimento da oligarquia brasileira em sua historicidade. Ao refletir a respeito dos condicionantes para o Golpe de 1964, considera que foi um momento em que circunstâncias externas (a Guerra Fria e o agravamento do conflito entre direita e esquerda no mundo, e especialmente na América Latina com a Revolução Cubana) acarretaram o acirramento de disputas internas, especialmente entre os agentes políticos e os grandes proprietários e empresários. Assim, as Forças Armadas se tornam o aliado preferencial para o ordenamento da sociedade civil, a partir da visão oligárquica nacional.

> O que o empresariado não levou em conta, todavia, era o fato de que a corporação militar amargurava, desde a proclamação da república, uma série de tentativas mal

> sucedidas para livrar-se da subordinação ao poder civil. Não seria justamente naquele momento, quando chamadas a salvar o empresariado do perigo esquerdista, que as Forças Armadas iriam depor os governantes em exercício, para voltar em seguida à caserna.[XXXIII]

Assim, o arcaico e o contemporâneo ainda colocam determinações na balança de forças da geopolítica nacional, em que há setores que compõem as classes detentoras do poder nacional. Por isso, a relação com as forças estrangeiras e nacionais resulta de equilíbrios e desequilíbrios em torno da agenda dos grupos que se estabeleceram como aqueles que podem determinar contundentemente os rumos nacionais.

Outro autor que desenvolve estudos na área de geopolítica – também na de geografia política – é Wanderley Messias da Costa. Para Costa[XXXIV], ocorreu uma

> [...] confusão conceitual e terminológica que se estabeleceu em torno da definição da geopolítica, o que nem sempre aqueles que se autointitulam "geopolíticos" lograram esclarecer [...]. Descartadas as confusões e dissimulações em torno do rótulo, pode-se afirmar com relativa segurança que a geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço.

As polêmicas em torno da geopolítica são inúmeras e não serão alvos de maiores análises nesta exposição. Fizemos essa breve introdução sobre a geopolítica para que os leitores que não estão familiarizados com essa área de conhecimento tenham uma ideia sobre as polêmicas que a envolvem.

Podemos observar que a geopolítica tem relação com o Estado, com potências estrangeiras que entram em choque, com territórios etc. Nessa perspectiva, essa área do conhecimento humano poderá servir para refletir sobre problemáticas contemporâneas levantadas a seguir.

Diante do que foi exposto até aqui, parece inevitável indagar: como as potências dos denominados países do primeiro mundo, unidos às corporações multinacionais e aos interesses das elites internacionais, continuam subjugando nações? Há mecanismos utilizados para perpetuarem subjugações político-econômicas no Brasil? Quais mecanismos? As elites nacionais brasileiras colaboram para esses processos? E existem relações entre esses processos de subjugações, no caso do Brasil com os organismos internacionais?

Essas problematizações, apesar de serem fundamentais para este estudo, não serão alvo de análises profundas neste momento. Isso porque não temos condições de realizá-las em poucas páginas. Porém, são sementes profícuas para estudos nas áreas de história e de geopolítica, além de sociologia, ciência política e da educação. O que se procura neste momento é colaborar para um entendimento inicial sobre essas problemáticas, além de promover novos debates.

Alguns indícios, por mais contraditórios que sejam, levam a observar que ocorre certa utilização de organismos internacionais que poderiam estar defendendo interesses de potências industriais do "primeiro mundo", além de "corporações" ou de "oligarquias internacionais". E talvez essas forças elitistas empreendam esforços para criar uma nova ordem de coisas, de

princípios, de comportamentos, de consumos, de ideologias, de moral, ou seja, uma *Nova Ordem Mundial*.

Alexandre Costa[XXXV] evidencia que

> A FACE MAIS CONHECIDA daquilo que chamamos de **Nova Ordem Mundial** pode ser identificada nos movimentos globalistas, financiados pelos **grandes banqueiros internacionais, suas corporações**, **fundações bilionárias** dedicadas aos "interesses sociais" e organizações políticas como a **ONU**, **o Federal Reserve, a Comissão Trilateral, o Diálogo Interamericano, o CFR** [...].
> Este reduzido grupo de pessoas que controla as principais fontes de financiamento das campanhas eleitorais, simultaneamente espalha seu poder de influência social valendo-se das suas fundações, das universidades e da imprensa. (grifo nosso)

Assim, esta *Nova Ordem Mundial* não poderia ser reduzida ao entendimento da vitória dos EUA sobre a antiga URSS. Aliás, há de se considerar que toda a Guerra Fria também foi orientada pelas elites dos países envolvidos. A ameaça mundial era a ameaça das concepções de capitalismo e socialismo, segundo tais elites. Com o encerramento desse gélido conflito, restou às elites do capital definir o que seria o seu "melhor dos mundos possíveis" e realizável nos limites do capital. Conquanto, podemos observar que uma "nova ordem" global tem por objetivo transformar o mundo em uma espécie de organização social "excludente". Esse domínio "globalista" não seria muito diferente do que as metrópoles europeias fizeram em suas respectivas colônias entre os séculos XVI e XVIII.

Retomando a ideia de uma sociedade elitista, na década de 1990, Hans-Peter Martin e Harald Schumann observavam situações que levaram a acreditar em uma sociedade para o século XXI dominada por poucos privilegiados: a "Sociedade 20 por 80". No livro *A armadilha da globalização*, afirmam que,

> Nas três memoráveis jornadas dentro do Fairmont Hotel, os organizadores acreditavam estar a caminho de uma nova civilização. No entanto, a direção indicada pelo conclave retrocedia diretamente à era pré-moderna. Não mais a sociedade dos dois terços, que os europeus tanto receavam, na década de 1980, como modelo perverso de distribuição de riqueza e posição social. O padrão mundial do futuro seguirá a fórmula **20 por 80**. Desponta a sociedade do um quinto, e nela **os sem-emprego terão de ser controlados por meio do tal "entretetanimento"**.
> Ou tudo não passa de exagero?[XXXVI] (grifo nosso)

Segundo os autores que narram um encontro outrora realizado na cidade de San Francisco, nos EUA, em 1995, que reuniu inúmeras lideranças econômicas, políticas, intelectuais etc. do cenário internacional, seus participantes não estavam necessariamente preocupados com o "bem-estar social" da população mundial. E daquele momento histórico até os dias atuais, quantos outros encontros mais foram realizados por essas "oligarquias internacionais"? Diante desse novo quadro previsto para o século XXI, qual seria o papel do Brasil? Essas questões são relevantes em um mundo onde somente 20% (1/5) da população mundial teria acesso ao trabalho, sobrando uma massa populacional de 80% de desempregados. Daí a prioridade em "controlar" estes últimos.

Dessa forma, o Capítulo 6 do livro de Martin e Schumann[XXXVII] é bastante revelador, ainda mais para pensarmos o contexto do Brasil e o cenário internacional. Intitulado "Salve-se quem puder, mas quem pode? O declínio da classe média e a ascensão dos sedutores radicais",

o que é bastante revelador quando observamos a epígrafe do texto, o questionamento do político russo Mikhail Gorbachev (figura central do fim da URSS e da Guerra Fria, e, portanto, chave para compreendermos os rumos dos novos tempos): "Será que o mundo todo se transformará num imenso Brasil, em países cheios de desigualdades e com guetos para as elites ricas?". O texto envereda em demostrar que cada vez mais a classe média está em declínio, usando exemplos da Alemanha e dos Estados Unidos, e aponta para a solução brasileira: a formação de guetos que abrigariam as classes altas, como paraísos em meio ao caos urbano da pobreza e má distribuição de renda. Um exemplo claro, dado pelos autores, seriam os condomínios fechados que abundam em nossas terras: paraísos privatizados, onde os privilégios de seus moradores contrastam com a pobreza ao redor. O texto não explora a colonização brasileira, como questionamos neste artigo, mas a situação que hoje vivenciamos, em que as classes ricas habitam tranquilamente diante de uma população que não consegue sair da apatia diante de seus algozes. É, sem dúvida, uma herança histórica que o mundo começa a olhar e a aprender com a experiência brasileira.

Um exemplo está no texto de Klein[XXXVIII], *Doutrina do choque*, ao caracterizar as experiências de zonas verdes e zonas vermelhas no Iraque pós-invasão norte-americana. As zonas verdes são zonas de segurança privatizadas, onde as classes ricas podem tranquilamente ter suas vidas cotidianas, protegidas pelas melhores forças de segurança que se pode pagar. As zonas vermelhas são regiões onde a população deve contar com os serviços do Estado já precarizados e semidestruídos. A ideia, no entanto, é que aqueles que estão na zona verde se servem também dos serviços estatais, pelo menos os mais lucrativos. A autora considera que esse modelo não está apenas no Iraque, mas já é utilizado amplamente nos próprios Estados Unidos, além de outras partes do mundo. Será que o modelo brasileiro não é também condizente com esse sistema? O mundo tende a se transformar em casas-grandes e senzalas? E será que essas transformações já estariam imbricadas na cultura ocidental, ideologicamente, chegando aos sistemas educacionais?

Levando em consideração a última indagação e para avançar na análise do aspecto educacional, um autor que trabalha a questão da subjugação da educação aos interesses de organizações internacionais é Pascal Bernardin. Analisando o sistema educacional norte-americano, por exemplo, e as mudanças ocorridas no final do século XX no que diz respeito às influências de testes psicológicos e seus respectivos resultados, o autor salienta que,

> Conforme os resultados que apresentem em tais testes, os alunos são assim submetidos a "cursos" especiais, baseados em livros e filmes concebidos por psicólogos e destinados a modificar seu comportamento de acordo com as técnicas elaboradas pelos behavioristas. O behaviorismo é uma escola de Psicologia que concebe o homem como um tipo de máquina, à qual basta introduzir os *inputs* corretos – em particular a educação – para obter os "corretos" *outputs*.[XXXIX]

Mais especificamente em relação às organizações internacionais o autor observa que a questão da "[...] política norte-americana de avaliação e de informatização faz parte de um processo mundial"[XL].

Salientamos que o ponto principal de se levantar as polêmicas e os questionamentos apresentados até aqui é incentivar reflexões que busquem novos estudos no sentido de compreender e/ou até mesmo desmistificar as temáticas trabalhadas no presente artigo.

Continuando, Bernardin[XLI], em outro livro intitulado *O império ecológico, ou A subversão da ecologia pelo globalismo*, analisa a atuação das organizações internacionais:

> **A finança internacional** deverá ser firmemente controlada. Crescerá a responsabilidade do FMI, do Banco Mundial etc., instituições tecnocratas que, inversamente àquilo que é previsto no campo econômico, não terão de prestar contas de suas políticas diante dos governos das nações. [...]
> **As questões econômicas** deverão, naturalmente, ser tratadas em escala global. Resultarão daí mudanças radicais e um empobrecimento considerável dos países desenvolvidos. Uma aparência de democracia será ostentada, mas a tecnocracia será, na verdade, onipotente. [...]
> A tecnocracia globalista, "a infraestrutura composta de oficiais", é, portanto, prevista num futuro promissor. [...]
> **A Corte Internacional de Justiça** é destinada a suplantar todas as outras instâncias. Deverá tratar-se naturalmente de uma instituição puramente tecnocrática. Ao refletirmos um momento sobre essa questão, percebemos rapidamente tratar-se de uma reforma fundamental, a Lei podendo ser um instrumento revolucionário fundamental: o legal torna-se rapidamente, na cabeça de muitas pessoas, o justo e o Bem. (grifo do autor)

Parece não ser preciso prolongar mais nossas análises para concluirmos que inúmeras são as críticas feitas por Bernardin em relação às organizações internacionais. Entretanto, um dado é importante extrair dessas reflexões: a tecnocracia. Se a sociedade contemporânea for governada por instituições supranacionais e por tecnocratas que não estariam preocupados com o real desenvolvimento da sociedade, da educação, da economia, enfim, da cultura – e somente estariam com seus "projetos de poder" –, talvez fosse pertinente refletir até que ponto vale a pena defender os valores propagados por essas instituições internacionais.

Afinal com tantas doenças, desigualdades econômicas, subnutrição de populações, guerras intermináveis, corrupção, o que a ONU, o FMI, a OCDE etc. estariam objetivando realmente? E quais os impactos desses organismos internacionais sobre o Estado nacional brasileiro atual? Essas indagações provavelmente já foram feitas e pesquisas realizadas. Mas talvez devêssemos observar com mais cuidado até que ponto estamos preparados para transformações empreendidas por forças globais complexas e como atuaremos de forma mais eficiente para defender os interesses da sociedade brasileira que, em boa parte das vezes, são deixados de lado.

Considerações finais

Concluímos que as transformações que ocorreram na sociedade brasileira do passado parecem ter servido em boa parte para beneficiar oligarquias latifundiárias domésticas e a fidalguia europeia, pelo menos entre o período colonial e o Brasil império.

Em relação ao Brasil contemporâneo, mesmo com todas as transformações e os avanços econômicos, políticos e tecnológicos que ocorreram nas últimas décadas, o país carece de uma educação fundamental e média de melhor qualidade, mais segurança nas ruas, mais segurança no trânsito, melhor saneamento básico para a população em geral etc.

Passados quase um século da revolução de 1930, que pôs em cheque a estrutura elitista e agrária brasileira, o país parece mais atender a interesses e pressões de organizações internacionais e de oligarquias políticas nacionais, do que interesses da sociedade brasileira.

Isso impacta diretamente na população que está cada vez mais descrente em relação aos governantes e às políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro. Ou seja, não estão sendo atendidas as necessidades fundamentais que a sociedade brasileira anseia.

Diante do contexto mundial e nacional, é primordial desvendar os "algozes" de nossa bancarrota doméstica e os "organizadores" das infindáveis crises que assolaram o Brasil no passado e que assolam o país no presente. É interessante, e mesmo curioso, observar que o Brasil sempre esteve e sempre está passando por crises. Crises que poderiam beneficiar quem? Quem se beneficia da ineficiência da educação pública brasileira? Quem se beneficia da falência da segurança pública? Quem se beneficia do "caos" engendrado no país?

O passado arcaico e o presente geopolítico possuem rupturas e continuidades e é importante realizar esforços para compreendê-las. Esforços que tentamos realizar neste artigo. Porém, seria prudente reconhecermos que estes estudos carecem maiores esforços e de maiores entendimentos.

Notas

[I] O artigo é o resultado de pesquisa realizada entre anos de 2015 e 2017 e está relacionado ao projeto de pesquisa *Geopolítica e nova ordem mundial: estudos dos impactos das Organizações Internacionais sobre o Estado brasileiro na atualidade*, cadastrado em 25/03/2014 ao Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE) do IFPR – Campus Assis Chateaubriand.

[II] Licenciou-se em História (2001) e especializou-se em História Econômica (2004) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Fez mestrado em Linguística (2010) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É docente de carreira EBTT do IFPR - Campus Assis Chateaubriand. Contato: amilcar.filho@ifpr.edu.br.

[III] Graduado em Direito - Bacharelado (1999) e Ciências Sociais - Licenciatura (2008) pela Universidade Estadual de Maringá. É Mestre em Psicologia (2012) pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é Docente RSC-III do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, na área de conhecimento de Sociologia no Instituto Federal do Paraná - Campus Umuarama. Contato: rafael.silva@ifpr.edu.br.

[IV] NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 57-58.

[V] NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

[VI] NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 61.

[VII] NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 61.

[VIII] NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 63.

[IX] NOVAIS, Fernando A**. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

[X] NOVAIS, Fernando A**. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 70.

[XI] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 31.

[XII] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 44.

[XIII] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 44.

[XIV] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 44.

[XV] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 44.

[XVI] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 32.

[XVII] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 33.

[XVIII] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 35.

[XIX] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 36.

[XX] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 39.

[XXI] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 40.
[XXII] FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 18-19.
[XXIII] FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 19.
[XXIV] FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 21.
[XXV] FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
[XXVI] FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 36.
[XXVII] ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989. p. 5-6.

[XXVIII] ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989. p. 6.

[XXIX] ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989. p. 43.

[XXX] ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989. p. 48.

[XXXI] ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989. p. 50.

[XXXII] COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira**: visão histórica. São Paulo: Contracorrente, 2017.
[XXXIII] COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira**: visão histórica. São Paulo: Contracorrente, 2017. p. 193.
[XXXIV] COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. p. 55.
[XXXV] COSTA, Alexandre. **Introdução à Nova Ordem Mundial**. Campinas: Vide Editorial, 2015. p. 25.
[XXVI] MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. 4. ed. São Paulo: Globo, 1998. p. 12.
[XXXVII] MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. 4. ed. São Paulo: Globo, 1998. p. 229.
[XXXVIII] KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
[XXXIX] BERNARDIN, Pascal. **Maquiavel pedagogo**: ou o Ministério da Reforma Pedagógica. Campinas: Ecclesiae e Vide Editorial, 2012. p. 98.
[XL] BERNARDIN, Pascal. **Maquiavel pedagogo**: ou o Ministério da Reforma Pedagógica. Campinas: Ecclesiae e Vide Editorial, 2012. p. 99.
[XLI] BERNARDIN, Pascal. **O Império ecológico**, ou a subversão da ecologia pelo globalismo. Campinas: Vide Editorial, 2015. p. 34-37.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.
BERNARDIN, Pascal. *Maquiavel pedagogo*: ou o Ministério da Reforma Pedagógica. Campinas: Ecclesiae e Vide Editorial, 2012.
_____. *O Império ecológico, ou a subversão da ecologia pelo globalismo*. Campinas: Vide Editorial, 2015.
COMIN, Alvaro Augusto. Elites econômicas e neoliberalismo. *Plural*, São Paulo, v. 22.2, p. 5-17, 2015.
COMPARATO, Fábio Konder. *A oligarquia brasileira*: visão histórica. São Paulo: Contracorrente, 2017.
COSTA, Alexandre. *Introdução à Nova Ordem Mundial*. Campinas: Vide Editorial, 2015.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque*: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1998.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PROFETA FILHO, Amílcar Machado. *O índio brasileiro*: análise dos discursos de Antonio Vieira e Roldão Arruda. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.